Apresentação

Berenice Bento

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BENTO, B. Apresentação. In: COLLING, L. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer* [online]. Salvador: EDUFBA, 2015, pp. 13-19. ISBN 978-85-232-2013-6. <https://doi.org/10.7476/9788523220136.0001>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Apresentação

*Berenice Bento*¹

Qual o lugar apropriado para nossa indignação? As artes, a disputa de leis, as manifestações de rua, a escrita? Onde devemos jogar nossas energias, nosso tempo, nossas entranhas? Devemos hierarquizar as dores, as exclusões? Como sentir como minha a dor do outro? Como transformar a alteridade, cantada em versos e prosas pelas Ciências Humanas, em ação política? Estas são algumas questões que a leitura do livro de Leandro Colling instaurou em mim.

Durante vários meses o autor ficou imerso na realidade dos ativismos LGBTs da Espanha, Portugal, Chile e Argentina para responder às perguntas: Precisamos apenas trabalhar com a afirmação das identidades? Quais os limites desses marcos legais e políticos que giram em torno do paradigma da igualdade e da afirmação das identidades? Entrevistou 35 ativistas, leu dezenas de livros (muitos deles escritos por seus/suas colaboradoras/colaboradores de pesquisa), manifestos, artigos, participou de reuniões. E a pesquisa seguia nos bares e festas.

¹ Escritora. Professora da UFRN. Doutora em Sociologia.

Talvez seja a contribuição mais importante que tenhamos para os estudos/ativismos transviados (tradução pessoal para “estudos/ativismo *queer*”) no sentido de construir pontes entre o que estamos produzindo no Brasil e esses países. O leitor pode, antes de começar a leitura do livro, conferir as referências bibliográficas. Irá reencontrar parte considerável dos nomes citados ao longo do texto como colaboradores/colaboradoras da pesquisa. O livro nos apresenta uma pluralidade de autoras/es que estão formulando e atuando como poucas vezes eu vi. Se há alguma dúvida que a oposição entre “produzir teoria *versus* fazer política” é mais uma das enganosas binaridades, este livro joga definitivamente por terra essa suposição. Outro efeito desta obra é deslocar nossa atenção do eixo Estados Unidos–Inglaterra–França para novas possíveis interlocuções, contribuindo, assim, para romper a hegemonia que esses países têm assumido na geopolítica do conhecimento, inclusive no âmbito dos estudos/ativismos transviados. O giro decolonial transviado está em pleno curso.

Ao nos conduzir para as entranhas dos debates nesses países, chegamos à primeira conclusão: não existe “o” movimento LGBT nacional. Nos deparamos com a própria precariedade da noção de “cultura/identidade nacional” para entendermos a multiplicidade de vozes, desejos e projetos coletivos que habitam o mesmo espaço nacional.

Há uma agenda política relativamente comum entre esses países. Os debates de maior visibilidade estão em torno do 1) casamento entre pessoas do mesmo sexo, 2) adoção, 3) a lei de identidade de gênero, 4) leis antidiscriminação. Portanto, pode-se concluir que há um considerável dispêndio de energia voltada para o Estado. É o Leviatã que assume seu protagonismo na definição de agendas e disputas. Vale ressaltar que a estruturação dessa agenda está longe de qualquer consenso, assim como as formas de luta. Os rumos das paradas LGBTs configuram-se como um destes pontos de tensão.

Outras formas de pensar o fazer política, que entende a importância do Estado, mas não se rende ao seu desejo de esfinge, estão

acontecendo. Conforme Leandro nos apresenta, parte considerável do movimento institucionalizado LGBT já foi completamente devorado. A “fé” na capacidade da lei de transformar realidades culturais arraigadas me fez lembrar as reflexões de Florestan Fernandes sobre a suposta democracia racial brasileira. A crença de que não era possível tipificar o Brasil como racista, nos moldes dos Estados Unidos e da África do Sul, deveu-se em grande parte ao fato de que nunca tivemos legalmente a segregação racial. Esse “paradoxo axiológico” (FERNANDES, 1972) produziu a crença de que se o/a negro/negra não conseguia se inserir no mercado capitalista, devia-se exclusivamente a uma limitação do “elemento negro”. (FERNANDES, 1972)²

Recupero o debate sobre questão racial/lei para ilustrar o que parte considerável das vozes que habitam este livro reafirmam: precisamos desconfiar do Estado e de seus “aparelhos ideológicos de Estado” (nos termos de Louis Althusser). Entre o mundo da lei e da vida há pouco nível de continuidade.

Os países eleitos pelo pesquisador historicamente têm experiências relativamente próximas, entre elas a hegemonia da Igreja Católica e a existência de longas ditaduras militares.

Acredito que o movimento institucionalizado LGBT segue de perto uma forma de fazer resistência e de sistematizar a indignação (em termos de tática e estratégia) nos moldes herdados da esquerda que lutou contra as ditaduras nesses países. O esforço político deveria estar voltado para derrotar o inimigo principal. Todas as outras formas de opressão deveriam esperar para um momento posterior à vitória. Essa herança está assentada na visão dialética da vida e da história. Esta senhora idosa chamada Dialética já não consegue enxergar que a vida, as disputas e resistências não cabem na binaridade “senhor *versus* escravo”. São muitos os níveis de “escravidão” e o “senhor” tem muitos rostos, corpos e peles.

² Florestan Fernandes. *O negro no mundo dos brancos. Difusão Europeia do Livro*: São Paulo, 1992.

O movimento da vida não está na afirmação (tese), negação (antítese) e síntese. Esse último momento (síntese como solução) nunca aconteceu. O que se dá é um “roubo” das múltiplas vozes que são apagadas pelos signos hegemônicos (“gay”, “mulher”, “proletariado”, “negro”) que dizem portar a verdade última de todos os “outros”. Na perspectiva dialética do fazer história não há espaço para as polifonias. Pluralidades de existências são apagadas, negadas, invisibilizadas em nome do “inimigo principal”. Nos últimos tempos, vimos surgir um novo nome para essa dialética dos contrários (binários): essencialismo estratégico.

Eu tenho lado nessa disputa. Estou com os colaboradores desta pesquisa que afirmam que o “essencialismo estratégico” não serve, não aponta para transformações nas estratificações de classe, raciais, sexuais e de gênero. Como dizia Sartre, toda a luta política depende das intenções de quem as implementa. Os múltiplos discursos dos dissidentes sexuais e de gênero que estão espalhados nesses quatro países parecem indicar fortemente que suas intenções estão voltadas para conectar pontos aparentemente desconexos. Trabalham objetivando transformações estruturais. Portanto, a luta pelos direitos humanos dos LGBTQs não está desconectada da luta anticapitalista.

Muitos de nós que atuamos na esquerda conhecemos bem os modelos analíticos fundamentados na binaridade. Eu acreditava totalmente nesse esquema analítico. Interpretava os ativistas do movimento estudantil, em meados dos 1980, que gritavam a plenos pulmões “COITO ANAL DERRUBA CAPITAL!” como um bando de inconsequentes e inábeis politicamente. Quantas vezes eu não escutei: “camarada, temos que concentrar nossas forças na contradição fundamental (burguesia *versus* proletariado). Depois, em um segundo momento, quando tomarmos o poder, faremos a revolução cultural. As questões da mulher podem esperar.” Mais recentemente tornou-se público o local que a revolução cubana reservou aos gays e às lésbicas. Os campos de trabalho forçado. Um malogro.

Reencontro esses meus camaradas em outros corpos. No movimento feminista escutei uma sistemática negação à discussão de questões referentes à sexualidade. Se com os meus ex-camaradas a categoria fundamental era “classe social”, agora seria o gênero binário e estabilizado nos corpos sexuais (mulher-vagina e homem-pênis) a categoria fundamental de análise para transformação social. E as mulheres negras, lésbicas, da floresta? E as mulheres trans? Um apagamento de todas as diversidades internas à categoria feminina foi e continua a ser (re)produzida. “Precisamos de uma agenda política unificada!” Isso significava, concretamente, silenciar vozes, negar existências, em nome de uma suposta identidade coletiva. Talvez esqueçam que a tática discursiva (essencialismo estratégico) age em mão dupla: para libertar uma população oprimida é preciso produzir o outro como um portador de uma identidade essencial. Ou seja, se luta para mudar exclusivamente as posições dos termos da opressão.

Temos aprendido nos últimos anos a desmontar esse belo, simples e binário edifício explicativo. Se isolarmos qualquer categoria explicativa de um contexto mais amplo, matamos sua própria força. “Gênero”, “classe social”, “raça”, “sexualidade” são categorias analíticas e de lutas vazias, se as considerarmos isoladamente. Os gays femininos, mesmo bem casados, certamente ainda continuarão a ser aqueles que correm os maiores riscos de serem vítimas de violência. Portanto, qual o lugar do feminino na agenda de luta do movimento gay?

Ao conhecer as disputas que estão em curso nos países pesquisados por Leandro, me peguei rindo várias vezes sozinha. É reconfortante saber que há pessoas em tantos lugares exercitando e criando novas formas de se indignar. Como nomear? *Queer*? Transviado? Dissidências? Transmaricabollo? Esta é outra porta de discussão que o livro abre. Sabemos da importância dos nomes. Conforme Marlene Mayar, “as palavras me constituem, por isso não posso ser *queer*”. Essa discussão está acontecendo. No entanto, há um núcleo potente de pontos em comum e de luta contra as binaridades e a negação da necessidade de se fazer política a partir dos simulacros das identi-

dades e, como efeito, da produção das identidades hiper-reais (nos termos de Jean Baudrillard).

Ao contar a história dos movimentos LGBTs *mainstream* e dos dissidentes, Leandro está atento para as especificidades das experiências locais. A questão dos imigrantes LGBT (principalmente as pessoas trans) não aparece nos coletivos argentinos e chilenos, ao contrário de Portugal e, principalmente, na Espanha. Nacionalidade torna-se, nesses contextos, um outro marcador da diferença que não pode ser relegado. Por exemplo: se há uma legislação que assegura direitos para pessoas trans espanholas, como essa normativa inclui as pessoas trans ilegais no país? Se a questão da migração é um tema que corta a sociedade de fora a fora, quando ativistas LGBTs estruturam suas agendas não deveriam ter atenção para essa “singularidade” interna à população LGBT? Ou apenas os LGBTs nacionais podem ter direito aos direitos humanos? Seria a pertença nacional o critério último para se assegurar direitos? Se a resposta for sim, e considerando a importância da colonização para, por exemplo, a constituição do Estado espanhol, não estaria o movimento LGBT *mainstream* se tornando um braço discursivo contemporâneo do pensamento colonizador? Essa questão pode ser reproduzida para o movimento feminista que não se engaja na luta pelas garantias de direitos das mulheres que trabalham ilegalmente no país, inclusive as trabalhadoras sexuais (sejam mulheres trans ou não-trans).

Esse debate e enfrentamento, no contexto espanhol, foi instaurado exatamente por um coletivo de pessoas trans imigrantes (Transgressorxs) por sentir o silêncio do movimento *mainstream* para sua existência. E, assim, passamos a conhecer um novo efeito dos movimentos gays e lésbicas como instrumentos de políticas de dominação, também conhecido como pinkwash (um jogo de palavra com “*whitewash*”, produto utilizado para pintar paredes, conhecido entre nós como “cal”). Talvez nenhum outro país esteja utilizando de forma mais perversa o “pinkwash” que Israel. Em 2013, durante o mês do orgulho gay, o Facebook da Israel Defense Force (IDF) publi-

cou uma foto de dois soldados de mãos dadas com a seguinte legenda: “Você sabia que as forças de defesa de Israel tratam todos seus soldados igualmente?”. Pinkwashing é nome, portanto, que se utiliza com o objetivo de limpar, lavar a imagem do Estado de Israel, conhecido e condenado mundialmente por sua política de violação sistemática dos direitos humanos do povo palestino.

Retomo aqui uma bela nota de rodapé do livro: “Pode o movimento lésbico e homossexual celebrar como um triunfo o acesso de gays e lésbicas ao Exército de Israel, quando vários desses soldados gays são os que detonarão as bombas sobre a Palestina e o Líbano?” (SAN MARTIN, 2006)

Em Portugal foi também um coletivo dissidente que esteve à frente da denúncia internacional da brutalidade do assassinato de Gisberta, uma mulher trans, brasileira.

O texto de Leandro Colling me aprisionou. Mário Quintana já dizia que os bons livros são aqueles que, ao lê-los, temos a sensação de estarmos sendo lidos. Essa cumplicidade acaba por nos “escravizar” ao texto. Não consegui libertar-me deste livro que agora você tem entre as mãos. Agarre-o como ele me agarrou por três dias. Ele conseguiu subverter a noção de dia e noite, cedo e tarde. Entre *flertes* e *transas*, a leitura do texto me proporcionou orgasmos contínuos.